

A direita bolsonarista: neoliberalismo, neoconservadorismo e a instrumentalização política da “família”¹

Débora Françolin Quintela (Instituto de Ciência Política (IPOL)/ UnB)

Em 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro tomou posse como 38º Presidente do Brasil. Em discurso, no Congresso Nacional, o novo presidente convocou os parlamentares à missão de “restaurar e reerguer nossa pátria, libertando-a definitivamente do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica”. Reassegurando os compromissos de rechaçar a corrupção, ter mão firme na segurança pública, dar liberdade ao mercado e defender os valores e hierarquias tradicionais contra a ideologia comunista e de gênero, o presidente assinala a diversidade de interesses aglutinados em torno da sua figura. Além de reconhecer que essa união se funda na oposição a um inimigo: a esquerda política, representada pelos 13 anos do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal. Sua eleição é a consagração de uma movimentação reativa que pretende retornar cada coisa a seu devido lugar.

Este artigo propõe a investigação da extrema direita “bolsonarista”. Para isso, recordamos primeiro o contexto em que esse arranjo se formou. Na seção inicial são examinados eventos relevantes para o deslocamento de forças em nosso espectro político, começando pelas jornadas de junho de 2013. Esboçado o pano de fundo político-econômico, nos voltamos para a análise da “nova” direita. A segunda seção é dividida em duas partes: a primeira é dedicada à análise da construção da imagem de Bolsonaro como representante desse movimento político. A segunda dá conta dos principais elementos da direita bolsonarista. Entre esses elementos, destaco o que me parece ser a grande distinção desse arranjo de direita e do atual governo: a aliança entre a racionalidade neoconservadora e a neoliberal, e a centralidade conferida à família ganha nesse contexto. Como considerações finais, comento brevemente as consequências de um governo neoliberal-neoconservador para a democracia.

1. A crise

O ano de 2013 ficou gravado como o ano em que manifestações populares tomaram as ruas das principais capitais do Brasil. As *jornadas de junho* começaram com uma manifestação convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL), grupo de juventude à esquerda do Partido dos

¹ 44º Encontro Anual da ANPOCS - SPG13 - Direitas no Brasil contemporâneo

Trabalhadores (PT), contra o aumento do preço da passagem do transporte público em São Paulo. A medida que foram crescendo, contudo, as manifestações, originalmente progressistas, foram paulatinamente adquirindo caráter de oposição ao governo de Dilma Rousseff (PT) e de repúdio à corrupção atribuída às gestões petistas. Conforme Leonardo Avritzer (2016), as manifestações de 2013 foram emblemáticas por impulsionarem um impacto sobre o sistema político e uma mobilização da oposição que nem situações como escândalo do mensalão tinham sido capazes de fazer. Elas representaram, ainda, o fim de um monopólio de quase 30 anos da esquerda sobre a participação popular e, como ficaria mais evidente a partir de 2014, a volta dos grupos conservadores às ruas pela primeira vez desde 1964 (Avritzer, 2016).

O sucesso na mobilização da pauta anti Governo Dilma ficou evidente nos índices de aprovação do governo: em março de 2013, 65% dos brasileiros consideravam-no ótimo/bom, o maior número em toda a gestão. Dali em diante, sucessíveis eventos contribuíram para a instalação de uma crise política no Brasil, acrescida de recessão econômica nos anos de 2015 (-3,8%) e 2016 (-3,5%) (Anderson, 2019).

Além de abrirem espaço para as manifestações populares de oposição e/ou conservadoras, que se tornaram comuns a partir dali, as jornadas de junho inflamaram uma polarização que passou a ser característica da política brasileira. Com dificuldade, Dilma foi reeleita em 2014, mas a oposição não se deu por vencida. Inconformados com o resultado, parte da população e o candidato derrotado, Aécio Neves (PSDB), passaram a questionar a legitimidade das eleições, levando a polarização para além do processo eleitoral, e colocando em dúvida o processo democrático.

Apesar da recondução no Poder Executivo, a movimentação do pêndulo político começava a se apresentar no Congresso Nacional. Conforme o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), tomou posse em 2015 o parlamento mais conservador desde 1964. Foi eleito um maior número de militares, de policiais, religiosos e ruralistas, com alguns dos representantes desses seguimentos destacando-se como os candidatos mais votados em seus estados. Na categoria dos militares da reserva, Jair Bolsonaro (PP) foi o deputado federal mais votado pelo estado do Rio de Janeiro, com mais de 460 mil votos. Maria das Dores Campos Machado (2017) aponta que essas eleições criaram um ambiente especialmente favorável aos grupos religiosos conservadores. Em consonância, Rayani Santos (2019) identifica um pico do engajamento desses parlamentares em pautas morais. Nesse sentido, destaca-se, ainda, a eleição do deputado evangélico Eduardo Cunha (PMDB/RJ) para a presidência da Câmara dos Deputados. Em dezembro de 2015, Cunha, ex-aliado do Governo, torna-se um elemento fundamental da política nacional, ao aceitar processo de impeachment contra a presidenta.

Além dos impactos das eleições, 2014 ficou marcado pela revelação de um novo escândalo de corrupção envolvendo as gestões petistas, o “petrolão”. A operação responsável por revela-lo, a Lava Jato, tornou-se verdadeiro teatro midiático, e seu “protagonista”, o juiz Sérgio Moro, alçado ao posto de herói nacional da direita. Com a reeleição de Dilma e o vazamento de novas denúncias de corrupção contra o PT, o ano de 2015 foi palco de novas grandes manifestações populares, dessa vez caracterizadas de partida como de direita e contra a chefe do Executivo.

Observando as manifestações, Débora Messenberg (2017) identifica a mobilização de três campos semânticos principais entre os convocadores dos protestos: o antipetismo, o conservadorismo moral e os princípios neoliberais. Focalizando três grupos de maior destaque à época, o Movimento Brasil Livre (MBL), o VempraRua e o Revoltados Online, ela verifica que, embora o antipetismo aparecesse nas manifestações dos três movimentos, a defesa dos valores conservadores era mobilizada apenas pelo Revoltados Online. Enquanto o MBL e o VempraRua apresentavam uma visão neoliberal do Estado (se colocando contra a “opressão estatal” (MBL) e por um Estado “eficiente e desinchado” (VempraRua)), que não aparecia naquele. Nesse sentido, o conservadorismo moral e o neoliberalismo já apareciam como faces da oposição da direita ao PT em 2015, mas ainda não eram mobilizados conjuntamente.

Além da classe média que enchia os protestos contra Dilma, a queda nos níveis de consumo, causada pelo desaceleramento econômico, colocaram em risco a base popular do lulismo (Anderson, 2019). O “milagre” do PT no poder ia desvanecendo: após 12 anos de redução nas taxas de desigualdade (2002 a 2014), o segundo mandato de Dilma representa a entrada em uma fase de retrocesso, com crescimento do desemprego e da pobreza (Machado, 2020). Voltando a aumentar a desigualdade, aumenta a violência urbana: o ano de 2016 bate o recorde histórico de mortes violentas². Com a perda de apoio popular, houve também a perda de antigos aliados políticos, que passaram de apoiadores do governo à apoiadores do golpe contra Dilma. Em abril de 2016, a Câmara dos Deputados admitiu a abertura do processo de impeachment.

Durante essa votação, embora a presidenta estivesse sendo acusada de crime de responsabilidade, chamou a atenção a irrelevância do crime nas justificativas de votos dos deputados. Os defensores do seu afastamento mencionaram as supostas “pedaladas fiscais”

² Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-10/com-mais-de-61-mil-assassinatos-brasil-tem-recorde-de-homicidios-em-2016#:~:text=O%20Brasil%20registrou%2061%2C6.patamar%20da%20hist%C3%B3ria%20do%20pa%C3%AAs>.

apenas oito vezes, enquanto “família” recebeu 117 menções nos votos dos deputados. A palavra Deus apareceu 58 vezes, e os filhos foram utilizados como justificativa para o voto de 72 parlamentares, os quais também homenagearam pais, esposas e netos (Almeida, 2018). Ficou flagrante que, para muitos parlamentares, Dilma não estava sendo julgada por sua manobra contábil. Votar contra seu governo adquiriu o tom de votar por uma restauração da moral.

O governo de Dilma representou de muitas formas uma ameaça de desestabilização às hierarquias convencionais. Para começar, em um país em que a política é dominada por homens, Dilma ousou alçar-se ao cargo mais importante. Além de pessoalmente ela se afastar do que tradicionalmente se espera de uma mulher, politicamente ela representava o terceiro e o quarto mandatos sucessivos do PT, partido de origem sindicalista e base popular, na presidência. A despeito das críticas que podem ser feitas à direita e à esquerda, durante os mandatos petistas, foram propostas e/ou implementadas “políticas públicas com algum significativo grau de orientação para mudança de condições sociais e alteração dos níveis de desigualdade” (Cêpeda 2018, p. 48). Foram criados, ainda, canais de diálogo e de participação institucional com movimentos sociais, ONGs e associações da sociedade civil, incluindo aqueles voltados às demandas feministas e LGBTQI+, o que permitiu que esses grupos encontrassem respaldo para suas demandas e agenda política (Teixeira, 2019, p. 72). No período que se encerra com o golpe parlamentar, em agosto 2016, foram construídas, a partir do Executivo, e do Judiciário, “políticas e normas que incorporam parcialmente os valores da autonomia das mulheres e da diversidade sexual” (Biroli, 2018, p. 88).

O declínio dos governos de esquerda, não se limitou ao Brasil, sendo observado em outros países da América Latina em período semelhante. Conforme Almeida (2019), o fim da “onda rosa” na região na década de 2010 pode ser explicado pelos escândalos de corrupção envolvendo esses governos, mas também pelas rupturas com o *status quo* social, econômico e cultural por meio de políticas inclusivas e de diversidade (Almeida, 2019, p. 186). Sem desconsiderar a revolta das elites econômicas (e das classes médias que se pensam elites) contra as propostas de redistribuição de renda, estudos recentes demonstram que foram as políticas e propostas que adotaram uma perspectiva de gênero e da diversidade sexual as grandes responsáveis por colocar em movimento uma reação conservadora. Conforme Flávia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione (2020), o neoconservadorismo³

³ Cabe esclarecer que entre os pesquisadores trabalhando com esse fenômeno, encontramos diferentes justificativas para a adoção do prefixo “neo”. Entre elas estão o abandono da crítica ao mercado do conservadorismo mais tradicional (Chaloub, Lima e Perlatto, 2018); a atribuição de autoridade moral ao Estado (Brown, 2006); a reação aos movimentos feministas e LGBTQI+, a aliança entre evangélicos e católicos, a juridicização da moral, a atuação em contextos democráticos –ainda que fragilizados– e a dimensão transnacional (Vaggione; Machado, 2020).

latino americano – reportado com características similares também nos Estados Unidos, Polônia, Hungria, entre outros- está relacionado temporalmente aos avanços dos movimentos feministas e LGBTQI+ e se afirma em oposição aos direitos reivindicados por esses grupos. Expresso na coalização política entre grupos cristãos – evangélicos e católicos - e setores não religiosos da direita, essa politização reativa busca frear os avanços contra os “valores familiares” e imprimir uma moralidade conservadora, de matriz cristã, no ordenamento jurídico (Biroli, Machado e Vaggione, 2020).

No caso brasileiro, pesquisas apontam para um braço dessa movimentação conservadora dentro do Poder Legislativo: Marina Lacerda (2018) e Rayani Santos (2019), verificam um aumento no engajamento de parlamentares conservadores na Câmara dos Deputados contra avanços nos direitos de mulheres e da população LGBTQI+, principalmente, a partir de 2015. De acordo com Santos, em relação às pautas familiares⁴, 80% dos pronunciamentos ocorreram na 55ª Legislatura (2015-2019). A movimentação, contudo, vem de antes: em 2013, uma das figuras mais proeminentes do conservadorismo religioso no Congresso, o pastor e presidente da Igreja Assembleia de Deus Catedral do Avivamento, Marco Feliciano (PSC), foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDHM). A relevância desse cargo está no poder de “colocar ou retirar de pauta projetos de lei relacionados a direitos humanos e à defesa de certas minorias” (Tadvald, 2015, p. 267), ou seja, é uma posição chave para a discussão de projetos que tenham como foco as mulheres e a comunidade LGBTQI+. Ter um conservador na presidência da CDMH possibilita, pelo contrário, que a comissão sirva como uma espécie de amplificador de uma cosmologia específica ou de um *ethos* evangélico e conservador (idem). É digno de nota que a presidenta Dilma apoiou a candidatura de Feliciano, chocando os movimentos progressistas e demonstrando a relevância política dos atores religiosos – naquele momento ainda na base governista⁵.

Com a deposição de Dilma, Michel Temer (MDB) assume a presidência, forma um corpo ministerial masculino e branco e coloca em prática uma agenda de recrudescimento das

Compreendendo que todas essas características corroboram a necessidade de demarcar a especificidade da atual temporalidade, opto pela adoção do termo.

⁴ As “pautas familiares” seriam justamente as temáticas entendidas pelos conservadores como concernentes às famílias, sendo a família, por sua vez considerado o *locus* principal de disputa da moralidade. Santos (2019) assinala dois eixos principais de embates dos parlamentares em relação à família: o primeiro referente aos arranjos familiares e definições de famílias, em que discussões sobre conjugalidade - envolvendo heteronormatividade, monogamia, papéis de gênero tradicionais, reprodução e adoção - e sexualidade se destacam; e outro referente às fronteiras entre autoridade familiar e estatal. De acordo com a autora, as colocações dos conservadores indicam uma sobreposição entre tradição e natureza, muitas vezes articuladas com religião, resultando em uma visão que é mobilizada para legitimar desigualdades como a de gênero.

⁵ Segundo Valle (2018), as divergências morais sobre temas familiares e sexuais teriam provocado o distanciamento gradual dos evangélicos em relação ao governo Dilma, tornado ruptura em 2016

políticas neoliberais. Nos 16 meses de governo Temer, houve uma aproximação entre Executivo e Congresso Nacional na perspectiva do Estado como facilitador da economia. Ainda em 2016, a Emenda Constitucional 95, instituiu por 20 anos um teto de gastos às despesas primárias do orçamento público, congelando os investimentos sociais em saúde, educação, assistência social, etc. Em 2017, com a justificativa de combater o as altas taxas de desemprego, foi aprovada uma nova legislação trabalhista. Conhecida como “terceirização irrestrita”, ela foi responsável por extinguir garantias trabalhistas, mas não surtiu efeitos em relação ao desemprego.

Chegamos, finalmente, a 2018, com um cenário de baixo crescimento econômico, alto nível de desemprego e supressão de garantias sociais. As eleições ressaltaram a polarização política e social que não cessou desde 2014. Entre as forças progressistas (democráticas) representadas pelo apoio à Fernando Haddad⁶ (PT) e a extrema direita engajada na candidatura de Jair Bolsonaro (PSL), vemos eleito o candidato que menos apresentou propostas de políticas públicas e que não compareceu a quase nenhum dos debates com os demais candidatos.

A recapitulação de eventos marcantes do país desde 2013 teve como objetivo caracterizar o cenário de instabilidade vivido nos últimos anos, o qual impulsionou um enfraquecimento da esquerda política e fortalecimento da extrema direita. Conforme Jorge Chaloub, Pedro Lima e Fernando Perlatto (2018) os treze anos do Partido dos Trabalhadores no governo e os incessantes ataques da mídia que persistem desde 2003 permitem identificar a esquerda como o *status quo* – apodrecido -, de modo que a extrema direita “assume o lugar da contestação antissistema usualmente reivindicado pela esquerda” (p. 12). A relevância adquirida pela extrema direita e a eleição de Bolsonaro, então, devem muito ao contexto em que se deram. Compreendidos os fatores “externos”, partiremos para a análise da construção da figura do presidente como um representante da extrema direita, assim como dessa vertente política encabeçada por ele.

2. Saída à direita

2.1 A construção do “mito”

A carreira de Bolsonaro na política começa em 1988, após uma aposentadoria compulsória das Forças Armadas por atos infracionais, os quais tornaram-no conhecido entre e apoiado por parte do segmento militar. Da primeira eleição como vereador pela cidade do Rio de Janeiro, seguiram-se sete mandatos como deputado federal. Durante a maior parte da sua trajetória, militares e policiais foram a base eleitoral de Bolsonaro e o capitão reformado do Exército

⁶ Haddad assume a candidatura do PT às vésperas da votação, na impossibilidade de o pré-candidato à presidência e primeiro lugar nas pesquisas de intenções de voto, o ex-presidente Lula se candidatar. Lula foi barrado pela Lei da Ficha Limpa, após ser condenado à prisão em decisão controversa e em tempo recorde

associava-se principalmente à identidade militar: até perceber o potencial político do neoconservadorismo.

Apesar de algumas de suas colocações polêmicas tomarem os noticiários de quando em quando, Priscilla Dibai (2018) aponta que é a partir de 2012 que Bolsonaro consegue romper a bolha militar/ policial, passando a ser conhecido e apoiado por um público mais amplo. O sucesso se confirma em 2014, quando ele se torna o deputado federal mais bem votado pelo Rio de Janeiro, com quatro vezes mais votos que no pleito anterior. Pouco antes, Bolsonaro começa a engajar-se mais veementemente com pautas familiares na Câmara dos Deputados, especialmente na discussão de duas propostas do Poder Executivo: o projeto de lei 7672/2010, que propunha acrescentar ao ECA o direito da criança e do adolescente a não serem submetidos à punição corporal (“Lei Menino Bernardo”); e o material “Escola sem Homofobia”, do Ministério da Educação, o qual propunha a abordagem de questões de gênero e da sexualidade em sala de aula (Santos, 2019).

A oposição de Bolsonaro ao teor da futura lei Menino Bernardo começou em 2003, quando projeto similar ao de 2010 foi apresentado pela Deputada Maria do Rosário (PT-SP). Em recurso contra a apreciação conclusiva do projeto em comissão, Bolsonaro afirmou que tratar-se-ia de projeto polêmico por permitir ao Estado “intervir na dinâmica procedimental para que a família exerça sua autoridade com fins educativos” (Santos, 2019, p. 163). Com esse argumento, reavivado na discussão do PL 7672/2010, Bolsonaro mobiliza uma demanda central entre os neoconservadores: a preservação da privacidade e da autoridade familiar em relação à intervenção estatal. Em outros momentos, ele acusou o PT de colocar filhos contra pais, outra ideia recorrente na oposição conservadora à proteção da integridade física das crianças. De acordo com levantamento de Santos (2019), Bolsonaro foi o deputado com mais referências contrárias a aprovação desse projeto.

A partir de 2011, sua energia foi alocada na denúncia do “kit gay”. Como parte do programa “Brasil sem Homofobia”, de 2004, que propunha combater a violência e a discriminação e promover a plena cidadania da população LGBTQI+, o “Caderno Escola sem Homofobia” passava por avaliação para ser impresso e distribuído nas escolas, em 2011, quando parlamentares conservadores, incluindo o atual presidente, descobriram-no e começaram a campanha contra o material, o qual promoveria a promiscuidade e sexualização precoce das crianças (Teixeira, 2019; Lacerda, 2018). O “kit gay”, como apelidado por Bolsonaro, foi tornado o símbolo da depravação moral da gestão petista, sobretudo de Dilma, e sua denúncia conferiu projeção nacional ao então deputado, chamando atenção dos conservadores. A repercussão da polêmica em torno do material foi tanta que ele é mencionado pelo presidente

até hoje, além de ter sido lembrada na campanha eleitoral, contra Haddad - Ministro da Educação à época da elaboração do caderno. Nesse caso também Bolsonaro defendeu a primazia da família na educação das crianças, além de ressaltar o perigo de conversão das crianças em homossexuais e, nesse sentido, ameaçar a família – patriarcal e heteronormativa.

Bolsonaro sempre se afirmou conservador, posicionando-se contra os Direitos Humanos e os “privilégios” (direitos) conquistados por minorias, e a favor do punitivismo e da Ditadura Militar. Contudo, são as suas falas em defesa da família e da moral tradicional, repetidas na Câmara dos Deputados, em suas redes sociais e na imprensa, que aproximam de forma medular a sua figura ao neoconservadorismo, no momento em que tomava força a reação conservadora. É daí, então, que, conquistando a simpatia dos conservadores, sobretudo dos evangélico, ele é alçado a um novo nível de relevância.

Os evangélicos são um grupo de crescente poder na política brasileira. Do ponto de vista institucional, desde a redemocratização, são atores engajados na participação política, principalmente a partir do órgãos legislativos⁷. Na Câmara dos Deputados, a cada pleito conquistam mais vagas, tendo atingido um novo recorde nas eleições de 2018: 84 deputados evangélicos eleitos para a 55ª legislatura. Ainda, desde 2003, o Congresso Nacional conta com a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), a qual institucionalizou a “bancada evangélica”, impulsionando a sua atuação. Conforme Raniery Teixeira (2018), o empenho evangélico no ativismo político, inaugurado pela denominação neopentecostal, baseia-se na ideia de que a política precisa de uma moral pública em sentido forte; de que crenças, valores e símbolos do universo simbólico religioso devem estar presentes na política, promovendo a sua “purificação”, afastando as forças do mal que tendem a dominar essa arena.

Da perspectiva do eleitorado, não apenas essa é uma população crescente⁸, como é organizada no sentido de eleger os “seus” – “irmão vota em irmão”. É comum que os candidatos a pleitos eleitorais componham o quadro de determinada igreja, saindo como seus “candidatos oficiais”. Assim, eles têm sua candidatura promovida na congregação, e tornam-se, em contrapartida, um “representante orgânico” da igreja e dos fiéis no parlamento (Silva, 2016).

⁷ Com a eleição de Bolsonaro, os evangélicos possuem um aliado próximo como chefe do Executivo, além de diversos cargos no primeiro e segundo escalão - com destaque para a ministra e pastora Damarens Alves, de quem falaremos adiante. Além disso, Bolsonaro promete alça-los à posição máxima do Judiciário, tendo se comprometido a indicar um ministro “terrivelmente evangélico” para o Superior Tribunal Federal.

⁸ De acordo com o IBGE, os evangélicos foram o segmento religioso que mais cresceu no país entre o Censo de 2000 e de 2010, com um aumento de 16 milhões de crentes nesses 10 anos. Se em 2010 eles correspondiam a 22,2% da população, pesquisa da Datafolha de janeiro de 2020 projetou que os números já estariam em 30% de evangélicos, contra 50% de católicos. A previsão do pesquisador e demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, é de que a partir de 2032 o número de evangélicos seja maior que o de católicos. Hoje, esses ainda são a maioria dos brasileiros: 64,6%. Contudo, enquanto a tendência do número de evangélicos é crescente, a dos católicos é decrescente.

Isso não significa, contudo, que o candidato de uma igreja precise sair necessariamente daquela igreja, ou sequer ser evangélico, de modo que atores não religiosos também tem interesse em incluí-los no jogo político. Afinal, um político que consegue a anuência dos dirigentes de uma denominação para participar de cultos, distribuir material da campanha e falar com os fiéis, além de ter acesso a um grande público, pode vir a ser reconhecido como um representante dos cristãos (Machado, 2005, p. 393). Cabe notar que a igreja não é o único canal de comunicação entre as lideranças e a comunidade evangélica, e, portanto, de espaço para campanha. O apoio de grandes igrejas como, por exemplo, a Universal (cujo líder, Edir Macedo, é dono da segunda maior emissora de TV do país, a RecordTV), significa também visibilidade na TV, no rádio e nos sites religiosos.

Apesar de não precisar ser necessariamente evangélico, para receber apoio é necessário se comprometer com seus valores. A despeito da pluralidade que compõe esse grupo social – como qualquer outro –, e das disputas de moralidade internas a esse campo confessional, Machado (2020) sustenta que existe a hegemonia de uma moralidade “centrada na defesa da família patriarcal, da heteronormatividade e da vida” entre evangélicos (p. 93). Por isso, ainda que não seja unanimidade, posicionar-se veementemente contra transformações na estrutura familiar e por uma moralidade cristã, fez de Bolsonaro um representante dos valores de boa parte da população evangélica (e de outras religiões conservadoras), de modo que a conversão dos votos evangélicos para a sua candidatura foi quase natural, além de apoiada por grandes líderes⁹.

Entre os grupos que Bolsonaro conquistou se mostrando cada vez mais energicamente a favor da família e dos valores tradicionais, os evangélicos foram dos mais importantes. Segundo análise de José Eustáquio Diniz Alves (2018), o voto evangélico garantiu a eleição do presidente, representando a vantagem conquistada em relação a seu oponente. Entre os 30% do eleitorado brasileiro compostos por evangélicos, Bolsonaro obteve 69% dos votos - o equivalente aos quase 12 milhões de votos que teve a mais que Haddad¹⁰.

Recapitulando a linha temporal que examinamos na primeira seção, é interessante observar como a trajetória de Bolsonaro se conecta aos eventos descritos. Em 2013, as jornadas de junho apontaram uma mudança nos ventos, com a direita e o conservadorismo ganhando espaço nas ruas e na política contra o governo Dilma. Na esteira do sucesso das convocações das jornadas

⁹ Diferentes lideranças evangélicas, entre elas incluso o líder da IURD e da Assembleia de Deus, declararam apoio ao atual presidente dias antes do primeiro turno. Em contrapartida, às vésperas da votação, enquanto os demais candidatos à presidência debatiam na Rede Globo, Bolsonaro concedia entrevista exclusiva à RecordTV.

¹⁰ Conforme aponta com base em pesquisas de intenção de voto, os votos de católicos (56% do eleitorado brasileiro) foram distribuídos de forma equilibrada entre Bolsonaro e Haddad – com vantagem de apenas 1% para o primeiro, pouco mais de 1 milhão de votos-, enquanto esse ganhou, com pequena margem, entre o eleitorado agnóstico, ateu, sem religião e com religião de matriz africana. A grande diferença veio entre os evangélicos.

pela internet, Bolsonaro passa a usar das redes para promover sua figura como político conservador, enquanto movimentos populares de direita também se difundem *online*. Enquanto Dilma ia gradualmente perdendo apoio popular e político, e a direita ganhando popularidade em oposição à esquerda, a ofensiva conservadora também se intensificava. Nesse cenário, Bolsonaro foi se aproximando de políticos conservadores e religiosos, sobretudo dos evangélicos, e despontando como um dos parlamentares mais engajados nas “pautas familiares”. Ele era um dos grandes críticos à “depravação moral” promovida pelo Governo, em um cenário em que os evangélicos, entre outros, romperam com Dilma. Em 2014, ele é reeleito, com mais de 460 mil votos, para a 55ª legislatura (2015-2018), a mais conservadora desde 1964 e a mais engajada nas pautas familiares. Na votação do impeachment de Dilma, Bolsonaro se aproveitou a projeção do evento para apresentar suas ideias a um público amplo:

“[...] Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo! Pela nossa liberdade! Contra o Foro de São Paulo! Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias! Pelas nossas Forças Armadas! Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim!” (Bolsonaro, Jair, 17/04/2016)

Para além da chocante homenagem ao chefe do DOI-Codi, do qual Dilma foi vítima, o voto é repleto de acenos. O primeiro deles é, claro, aos saudosistas da ditadura e àqueles para quem a oposição ao governo não conhecia limites éticos e morais. Há acenos aos seus fiéis apoiadores militares e aos amedrontados com a ameaça comunista representada pelo PT. Bolsonaro se coloca ainda como homem de Deus, ao mobilizar o que viria a ser seu slogan de campanha e governo. Além de fazer referência às famílias e à “inocência das crianças em sala de aula”. O então deputado usa a votação, televisionada e assistida por boa parte do país, para se posicionar nacionalmente como candidato dos neoconservadores, os quais se viam ameaçados pelas transformações sociais empreendidas ou propostas pelo PT. Não por acaso, logo após o discurso, Bolsonaro, católico declarado, viaja a Israel para ser batizado com os filhos no Rio Jordão – ritual de conversão ao evangelismo. É também a partir de 2016 que passa a declarar com maior frequência a intenção de concorrer à presidência em 2018. Ali ele via uma direita fragmentada e potencializada por medos e ódios, à procura de um líder.

Na candidatura que saiu vencedora de 2018, além de Bolsonaro, temos um general da reserva do Exército Brasileiro como vice, Hamilton Mourão, e um único ministro definido desde a campanha: o economista ultraliberal Paulo Guedes. Apesar de não ter uma posição econômica muito bem definida ao longo de sua trajetória política¹¹, Bolsonaro se compromete

¹¹ Conforme Dibai (2018), ao mesmo tempo em que defendeu a propriedade privada, a meritocracia e o patrão - em detrimento dos trabalhadores - em diferentes momentos; Bolsonaro também votou contra privatizações,

a governar para o “mercado” a partir do “casamento hétero”, como definiu, com Guedes. Na semana seguinte a sua vitória, anuncia o segundo ministro: Sérgio Moro, o herói na luta contra a corrupção (petista). Essa chapa, que ganhou com o apoio decisivo dos evangélicos, carrega elementos básicos da “direita bolsonarista”, os quais serão detalhados a seguir.

Vale pontuar que Bolsonaro elegeu-se pelo Partido Social Liberal (PSL), legenda que em 2018 saltou de “nanica” para a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados, abraçando a multiplicidade de pautas representadas na candidatura do presidente. Entre as questões ressaltadas como prioritárias pelo PSL¹² estão as forças de segurança pública e a revogação do estatuto do desarmamento; a conscientização popular dos males do comunismo e do socialismo; a defesa da propriedade privada, a redução do Estado e políticas econômicas liberais; o combate aos privilégios decorrentes de “quotas”, à sexualização precoce das crianças, à ideologia de gênero, ao politicamente correto e à corrupção e a oposição aos partidos de esquerda bolivariana, entre outros.

2.2 A Direita Bolsonarista

O apoio à Jair Bolsonaro representa uma “*catch all agenda*” (Cêpeda, 2019), uma aliança entre correntes diversas da direita. Não proponho dar conta aqui de toda essa variedade, mas destacar elementos que considero fundamentais para entender essa vertente de extrema direita representada por/ apoiadora do presidente, aqui chamada de direita bolsonarista.

Na primeira seção pontuei que foi em um contexto de crise político-econômica que se deu o fortalecimento político das direitas no Brasil, incluindo a extrema direita bolsonarista. Autores como Esther Solano (2019) e Pablo Stefanoni (2018) atestam que não se trata de uma coincidência. Solano assinala que contextos de crise são propícios para a mobilização do medo e do inimigo pelo campo conservador, o qual “retoma os valores da família tradicional: ordem, hierarquia, autoridade e moral frente à suposta libertinagem do campo progressista” (2019, p. 9). A direita conservadora reconhece o poder das emoções como instrumento político e seduz por se comunicar com elas (Solano, 2019). Frente a um futuro que é definido pela insegurança e incerteza, os valores tradicionais despontam como as últimas garantias de segurança disponíveis (Stefanoni, 2018).

crítico o sucateamento das estatais e a subserviência do país ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Nos últimos anos, contudo, a medida em que foi galgando sua candidatura à presidência, Bolsonaro pareceu ter se decidido pelo neoliberalismo. Votou favorável à abertura do pré-sal ao capital estrangeiro e à PEC 95, além de multiplicar as declarações a favor da diminuição do Estado e das proteções sociais. A atual aproximação com o “centrão”, dá indícios de ser a prova de fogo para o casamento entre Bolsonaro e Guedes.

¹² Disponível em: www.psl.org.br

No Brasil, a extrema direita ganha relevância em um cenário de recessão econômica, com altas no nível do desemprego, da miséria, da desigualdade social, que é especialmente amedrontador, e revoltante¹³, quando precedidos por anos de redução da pobreza, aumento do consumo e recordes de crescimento econômico, como foi a primeira década petista. Concomitantemente, há a percepção de aumento da violência urbana, acompanhada por um discurso de que o governo só defende “bandidos”. Nesse contexto, a crise não é apenas político-econômica, não na narrativa. Enquanto parte da direita construiu a crítica ao PT e à esquerda em termos de política econômica, os conservadores deram à crise um caráter moral. E, nesse sentido, conseguiram se comunicar como poucos com os sentimentos da população. O principal trunfo dessa vertente de direita é, com efeito, a moralização da política.

Um dos resultados de 2013 foi a consolidação do discurso anticorrupção no debate público, como uma das principais bandeiras contra o Partido dos Trabalhadores. Da forma como é colocado, esse discurso mobiliza uma visão moralizante da política, pois a corrupção não é entendida “como um produto das relações do poder político com o poder econômico, mas como um desvio de pessoas sem caráter” (Miguel, 2018, p.24). A intolerância à corrupção e a superposição discursiva entre corrupção e o PT, são um passo à moralização da política, o qual se tornou ponto comum a todas as direitas hoje, incluindo a bolsonarista. Da parte dela, contudo, esse é apenas um aspecto da denúncia de desmoralização promovida pela esquerda no poder.

O grande apelo do bolsonarismo, enquanto expressão do neoconservadorismo, é associar o PT, e a partir dele toda a esquerda, à degeneração moral e à destruição da família. A redemocratização deu início a um progressivo fortalecimento das instituições democráticas que possibilitou que grupos sociais historicamente marginalizados e/ ou silenciados avançassem na consolidação de sua cidadania (Tadvald, 2015). O PT, como já comentado, contribuiu para esse progresso, estabelecendo diálogo com movimentos sociais e incluindo, em alguma medida, a perspectiva de gênero e da diversidade sexual nas políticas e na administração pública. Para os conservadores, porém, as conquistas de direitos das mulheres e da população LGBTQI+ não representariam um avanço democrático, mas ameaças às estabelecidas definições morais (cristãs) de sexualidade, identidade e família. Nesse aspecto, são ameaças a valores que dariam significado à vida dos indivíduos e à posição que ocupam nesse mundo.

A perspectiva de que a mudança é algo a se temer e de que a inclusão do novo significa a destruição do anterior – e que isso é necessariamente uma perda – é característica da ideologia

¹³ Ver Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco “Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo” Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583354-da-esperanca-ao-odio-juventude-politica-e-pobreza-do-lulismo-ao-bolsonarismo>

conservadora, por definição posicional e reativa. Em 1987, Antônio Pierucci escrevia sobre uma “nova” direita pós regime militar: “seu tique mais evidente é sentirem-se ameaçados pelos outros” (1987, p. 26). Justamente durante o processo de abertura da esfera pública aos *outros*, os novos movimentos sociais, a inclusão de novos sujeitos era vista como sintoma de uma crise moral que evocava a necessidade de autodefesa dos indivíduos de direita.

Antes e agora, para proteger a si, seus valores e sua família, só caberia uma solução: a eliminação do outro. Em uma perspectiva que nega a diferença e moraliza o debate, os adversários são tratados pela extrema direita como inimigos de ordem política, moral e religiosa (Solano, 2019). O outro é o “negativo absoluto, o mal, aquele que ameaça minha forma de existência e, portanto, deve ser exterminado” (p. 18). Essa ideia já foi expressamente manifesta pelo presidente, que falou em “fuzilar a petralhada”¹⁴, e em mandar servidores públicos de órgãos ambientais (também inimigos de seu governo) à “ponta da praia”¹⁵, em referência a um local de execução de presos políticos durante a ditadura militar.

Na guerra pela eliminação do inimigo e pela restauração da ordem, a direita bolsonarista conta com um importante alicerce: os militares – a base mais antiga do ex-capitão do Exército. Conforme Daniel Andrade (2019), as forças armadas e as polícias militares brasileiras preservam da ditadura militar e da Guerra Fria a concepção de que a população e os movimentos sociais, ao reivindicarem direitos, representam ameaças à ordem pública. Logo, são inimigos internos que devem ser eliminados para a manutenção da segurança do Estado. Tal qual fez o presidente a vida toda, a direita bolsonarista cultua os militares e o regime militar, como sendo a era de ouro do Brasil. Período em que prevalecia a ordem, a segurança e os bons costumes. Neoconservadores e militares compartilham, ainda, a paranoia da ameaça comunista. Enquanto a própria esquerda critica a experiência do PT no poder pela aproximação ao neoliberalismo, a extrema direita parece enxergar na bandeira vermelha um compromisso com um projeto anticapitalista radical (Stefanoni, 2018). O discurso anticomunista também é eficiente para mobilizar o medo, o comunismo seria uma ameaça ao modo de vida que conhecemos.

No empenho constante em proteger os próprios valores e denunciar a desmoralização da política e da sociedade, que gera uma comunicação direta com as emoções das pessoas, o conservadorismo se sobressai como o traço mais gritante da direita bolsonarista. É esse traço também que diferencia a extrema direita da direita hegemônica até recentemente, na medida

¹⁴ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre>

¹⁵ Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/bolsonaro-sugere-lugar-de-execucao-da-ditadura-paraservidores-publicos-1-24056200>

em que aquela ousa desafiar em nome da moralidade discursos que haviam se tornado a base da disputa política, como o dos direitos (Miguel, 2016). Indago, inclusive, se não foi o orgulho de sua pretensa superioridade moral o que tirou a direita do “armário”, deixando para trás a concepção de “direita envergonhada” carregada desde o fim da ditadura (Pierucci, 1987). Em um contexto compreendido como uma crise de moralidade que desestabiliza a sociedade, em oposição à degenerada esquerda, a direita bolsonarista se proclama restauradora da ordem, defensora da família e dos bons costumes.

Examinamos, então, o antipetismo, a intolerância à corrupção, o militarismo e o neoconservadorismo. Antes de encerrar a seção, merece destaque um último traço da direita bolsonarista, o qual, pelo contrário, conforma-a à uma característica “tradicional” da direita brasileira: o neoliberalismo econômico. A direita bolsonarista assume a perspectiva do Estado como um gerente de empresa, cujo papel é garantir o devido funcionamento da economia, e cujas ações devem ser julgadas a partir de critérios econômicos. Assim como assimila a visão do indivíduo empreendedor, em competição com os outros e auto responsável por seu sucesso. A aparente contradição, já que historicamente as matrizes de direita neoconservadora e neoliberal organizam-se e apresentam-se em separado (Solano, 2019), é justamente a grande distinção do momento atual, no Brasil e em outros pontos do mundo. Por isso, dedicaremos a última seção a análise da aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo, representada pelo bolsonarismo. Destacando a importância que a família adquire nessa aliança.

3. “Liberal na economia, conservadora nos costumes”

De modo a examinar o que entendo como aliança estratégica entre neoliberalismo e neoconservadorismo, é necessário esclarecer que os apreendo como mais que ideologias ou políticas econômicas/ morais: como racionalidade políticas. A partir do conceito de governamentalidade de Michel Foucault (2008), assumo que um governo, enquanto prática política e tecnologia de poder, é sempre sustentado por uma racionalidade, pela produção de conhecimento na prática e sobre a prática. Nessa perspectiva, racionalidades políticas são razões políticas normativas que organizam a esfera política, as práticas de governança e a cidadania, que governam o dizível, o inteligível e os critérios de verdade desses domínios (Brown, 2006, p. 693); são projetos políticos que visam produzir a realidade que elas sugerem já existir (Lemke, 2001). Como parte de governamentalidades, as racionalidades não estruturam e organizam apenas a ação dos governantes, mas também a conduta dos governados. Elas produzem certos tipos de relações sociais, de maneiras de viver e de subjetividades. São lógicas extensíveis a todas as esferas da vida, verdadeiras *razões de mundo* (Dardot e Laval, 2016).

Dizer que racionalidades políticas visam abarcar todas as esferas da vida não significa, contudo, que, na prática dos governos existentes, elas se apresentem em sua forma pura ou exclusivamente. Essa compreensão é especialmente importante quando falamos de neoliberalismo, o qual frequentemente é confundido com a realidade em sua totalidade, visto em tudo (Andrade, 2019). A perspectiva que assumo aqui, então, é a de *hibridismo governamental*: reconheço a pluralidade de racionalidades políticas que se combinam de maneira dinâmica e variada “na construção do Estado, de políticas públicas e de maneiras de governar” (idem, p. 1). Conforme argumenta Daniel Andrade, essa é uma abordagem que permite apreender como o neoliberalismo se apresenta em contextos específicos, sem cair no binarismo de classificar um governo apenas dentro das categorias “neoliberal”, ou “não neoliberal”. Assume-se que os governos não são igualmente neoliberais. Na medida em que a racionalidade neoliberal pode se apresentar com nuances, pode ser contrabalanceada ou reforçada por outras racionalidades, adquirindo características distintas. A heterogeneidade entre racionalidades políticas mantém-se, o que não significa que, na coexistência, não sejam estabelecidas conexões entre elas.

Nessa perspectiva, argumento que vivemos um momento em que a racionalidade governante é uma hibridização entre neoliberalismo e o neoconservadorismo. Na composição ministerial de Bolsonaro observamos as duas racionalidades representadas de forma bem evidente: entre dois dos ministérios de maior relevância para o governo temos, por um lado, Paulo Guedes, o Ministro ultraliberal da Economia, e Damares Alves, a ministra “terrivelmente cristã”¹⁶, da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A indicação de Paulo Guedes, como apontei anteriormente, representou o compromisso expresso de Bolsonaro com a agenda neoliberal. Formado economista pela Escola de Chicago, Guedes fundou o *think thank* neoliberal Instituto Millenium, o maior banco de investimentos dos América Latina, o BTG Pactual, e a BR Investimentos. Ao assumir o cargo, listou como prioridades a privatização dos serviços sociais e das empresas estatais, e reformas estruturais, as quais levariam à redução do Estado e do montante de gastos públicos. Segundo o ministro, “o mecanismo de inclusão social são as economias de mercado”¹⁷, sendo preciso abrir a economia e cortar gastos públicos, de modo a torna-la mais competitiva. No primeiro ano de mandato, o Governo aprovou a reforma da previdência social, a qual aumentou os tempos de

¹⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml>

¹⁷ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/02/em-cerimonia-ministro-da-economia-paulo-guedes-assume-o-cargo.ghtml>

contribuição e a idade mínima para aposentadoria e diminuiu os benefícios de pensão por morte e de aposentadoria por invalidez, entre outras alterações. Para 2020 estavam previstas a reforma administrativa e a tributária, atrasadas pela pandemia de coronavírus. Enquanto discutia-se uma renda emergencial para a população e o aumento dos investimentos públicos para evitar uma recessão econômica durante a maior crise mundial de saúde pública dos últimos 100 anos, Guedes, afirmou que as reformas estruturais seriam o melhor jeito de “blindar” a economia¹⁸, além de declarar que não deveríamos deixar o vírus “desorganizar a economia”¹⁹.

Já Damares Alves assumiu o ministério criado por Bolsonaro especialmente para implementar a moral tradicional a partir do Executivo: o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Damares é uma advogada, pedagoga e pastora evangélica com décadas de experiência como assessora da Frente Parlamentar Evangélica, além de ser fundadora do “Movimento Brasil sem Aborto”. Sob sua pasta, há, pela primeira vez, uma Secretaria dedicada exclusivamente a assistir na formação, fortalecimento e promoção da família, a Secretaria Nacional da Família (SNF). A função que Damares ocupa no Governo nunca foi negada, já em sua posse ela afirmou que, apesar de o Estado ser laico, ela é “terrivelmente cristã”.

Quando comentava a eleição de Marco Feliciano à presidência da CDMH, pontuei como os direitos humanos são uma pauta chave na proteção dos direitos das minorias e na inclusão da diversidade, tornando-se chave, em contrapartida, para a definição de uma moral pública. A reorientação promovida pelo governo está simbolizada no novo nome do ministério: começa pelo destaque inédito dado à “família”, à qual a “mulher” aparece diretamente associada. Ambos os termos são empregados no singular, adquirindo o caráter de conceitos unos e absolutos. Os “direitos humanos” aparecem em terceiro lugar, apontando a que concepção de mundo e direitos eles são associados. Segundo a própria Damares, o objetivo principal do MMFDH é ajudar a imprimir uma perspectiva familiar a todas as políticas do Governo²⁰. Para além das falas reforçadoras de estereótipos de gênero da ministra, que se tornaram célebres, nos seus dois primeiros anos de trabalho observamos um apagamento da pauta LGBTQI+, da igualdade de gênero e racial, uma proposta de prevenção da gravidez na adolescência baseada na abstinência sexual e a criação de premiações para celebrar iniciativas voltadas ao

¹⁸ Disponível em <https://exame.com/economia/guedes-envia-ao-congresso-lista-de-prioridades-para-blindar-pais-de-surto/>

¹⁹ Disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/guedes-diz-que-coronavirus-nao-pode-desorganizar-economia>

²⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml>

fortalecimento dos laços familiares, como o “Prêmio Boas Práticas em Políticas Familiares Municipais”²¹. Em relação ao coronavírus, uma das iniciativas mais propagandeadas pelo ministério responsável pela proteção dos direitos humanos foi um concurso de “melhores máscaras de proteção criadas por crianças”²².

Por muito tempo, neoliberalismo e (neo)conservadorismo foram analisados teoricamente em separado, como racionalidades políticas heterogêneas. Contudo, a ascensão de governos de extrema direita, ao redor do globo, que manifestam simultaneamente traços de ambas, leva à necessidade de examinarmos o potencial prático dessa aliança. Analisando esse fenômeno nos Estados Unidos em 2006, Wendy Brown²³ realiza leitura que ainda é das mais competentes para compreender a convergência entre racionalidades que dá vida a um hibridismo governamental como observado no Brasil presente.

Enquanto racionalidades políticas distintas, neoliberalismo e neoconservadorismo possuem características que se contrapõe e outras que se sobrepõe. Dentre as aparentes incompatibilidades entre as racionalidades, Brown (2006, p. 692) ressalta que, essencialmente, o neoliberalismo é desprovido de conteúdo moral específico²⁴, enquanto o neoconservadorismo baseia-se justamente na regulação da moral. O primeiro promoveria o esvaziamento dos significados do mundo, enquanto o segundo centra-se na fixação e no reforço de significados específicos; um desarraiga a vida e explora abertamente o desejo, o outro defende a conservação de determinados modos de vida e a repressão e regulação do desejo. Em relação ao governo, o neoliberalismo equipara o seu papel ao do gerente de uma empresa, o qual deve prezar pelo bom funcionamento da economia, além de estimular a produção de sujeitos autônomos e auto interessados. Já o neoconservadorismo prevê uma liderança governamental forte e atuante, nos moldes de uma autoridade religiosa, a quem o indivíduo deve prestar lealdade e subordinação.

Note-se que não consta entre as divergências entre as duas racionalidades a perspectiva de um Estado não interventor e de um interventor, mas apenas perspectivas diferentes sobre

²¹ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/premio-boas-praticas-em-politicas-familiares-municipais>

²² Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/edital-premiara-as-melhores-mascaras-de-protecao-criadas-por-criancas>

²³ Em “Nas ruínas do neoliberalismo” de 2019, Brown revê a posição assumida em 2006. Observando a produção de Friedrich Hayek, a autora afirma que a moralidade tradicional é tão medular ao neoliberalismo quanto o mercado. Nesse sentido, não se trataria de aliança entre duas racionalidades distintas, mas de uma coisa só. Apesar das contribuições da nova abordagem, acredito que, para a análise do neoliberalismo realmente existente, a primeira perspectiva é mais profícua. Isso porque a nova leitura, baseada na teoria de um único autor, torna mais difícil explicar outros fenômenos, como o neoliberalismo de vieis progressista referenciado na nota abaixo.

²⁴ Essa seria a base para concepções como a de Nancy Fraser de um “neoliberalismo progressista”, que incorpore (mercantilize) pautas socialmente progressistas, desde que elas não promovam transformações estruturais. Disponível em: <https://ctxt.es/es/20170125/Firmas/10572/Neoliberalismo-progresista-democratas-Hillary-Clinton-Nancy-Fraser.htm>.

qual o objeto de regulação do Estado: o bom funcionamento do mercado ou os comportamentos. De um lado, temos um modelo de negócios de Estado, do outro, um modelo teológico. Modelos que, não obstante, podem ser compatibilizados. Não consta tampouco entre os preceitos neoliberais limpar o Estado e a sociedade de normas morais, pelo contrário, não tendo conteúdo moral próprio, o neoliberalismo se coloca à disposição para promulgar e concretizar tais normas através de mecanismos de mercado (Brown, 2006, p. 701). A tecnologia política neoliberal de produzir sujeitos empreendedores e consumidores tampouco é constrangida pelas normas reguladoras e reforçadoras de comportamentos conservadoras. Não só neoconservadorismo e neoliberalismo são duas racionalidades políticas estatistas, como, a rigor, as suas perspectivas sobre a função do Estado não se anulam.

Por tudo isso, apesar do possível estranhamento inicial, é plenamente factível um governo que assuma a liberdade para a economia e o conservadorismo nos costumes. De modo que se atribui ao Estado concomitantemente a vedação de intervir nos processos econômicos e a função de instituir uma moralidade tradicional.

É interessante, ainda, notar que nenhuma das duas racionalidades entende como função do Estado o combate às desigualdades, econômica ou social. Para o neoliberalismo, a desigualdade não só é um dado natural, como é desejável, em um mundo regido pela concorrência. Para os neoconservadores, igualmente, não só os indivíduos são naturalmente diferenciados como podem ser complementares em suas desigualdades²⁵. Nesse aspecto, ambos se afastam de projetos de justiça social, na medida em que buscar promover a igualdade por meio de políticas seria afrontar a natureza das coisas.

Anteriormente argumentei que contextos de crise são favoráveis a arregimentações morais pelo neoconservadorismo, mas a moralização da crise também favorece o neoliberalismo. Na medida em que uma das características de um sistema neoliberal é a produção de crises frequentes, é de grande valia um conjunto de valores e configurações éticas que reinterpretem as crises econômicas como sendo crise morais, de valores e de abandono dos valores tradicionais (Solano 2019, p. 7). Para a consolidação como racionalidade hegemônica, é preciso que os resultados destrutivos do neoliberalismo sejam atribuídos a outros fatores que não à sua própria abordagem predatória. Para o neoconservadorismo, por sua vez, crises são o cenário ideal para a construção da narrativa de ameaça aos valores fundamentais, o que permite que se ofereça como solução o recrudescimento da moralidade tradicional.

²⁵ Vide o princípio cristão de complementariedade entre o sexo masculino e o feminino, que afirmaria antropológica e biologicamente a natureza transcendente da ordem sexual (Garbagnoli, 2018).

Assim, “diante da pulverização do tecido social por medidas de austeridade, pelo desemprego em longo prazo, a precarização, a concorrência de todos contra todos e a pauperização” (idem), provocadas pelo neoliberalismo, entra em jogo a defesa da família tradicional -patriarcal e heteronormativa- como principal núcleo social, e o ressurgimento da figura do ‘homem de bem’, como instrumentos de coesão social.

Chegamos finalmente à hipótese levantada por este artigo: a de que há no atual governo um reforço à concepção de família, enquanto núcleo social fundamental, que serve às duas racionalidades governantes. O valor da família é instrumentalizado politicamente em benefício do neoliberalismo e do neoconservadorismo. Seja por razões econômicas, seja por razões morais, as duas agendas se cruzam em políticas por meio das quais a família é levada a assumir privadamente as funções do Estado, sob o discurso das "obrigações naturais" e do "altruísmo" familiares (Cooper, 2017). Tanto o enfraquecimento da solidariedade social, quanto a desobrigação do Estado para com os seus cidadãos, promovidos pela racionalidade neoliberal, colocam a família em destaque. Com os sujeitos sendo tomados como capitais humanos em constante competição uns com os outros, e minando-se sentimentos de pertencimento social, a família aparece como último reduto de humanidade. Para além do âmbito subjetivo, é instituída a privatização da proteção social, com a família sendo colocada como a única responsável por garantir o desenvolvimento sobrevivência e indivíduos. Questões antes entendidas como coletivas, matérias de direitos sociais, passam a ser traduzidas como questões individuais a serem solucionadas privadamente por mecanismos do mercado e pela família. Por isso, Brown afirma que o familismo é antes um requisito essencial, que reação incidental da privatização neoliberal dos bens e serviços públicos.

Longe de discutir o sobrepeso imposto às famílias quando da desresponsabilização do Estado para com os cidadãos, o neoconservadorismo traduz essa a situação na necessidade urgente de proteger a família. Nesse caso, proteção adquire dois sentidos, abordados no decorrer do artigo. No primeiro, também é mobilizada uma ideia de privatização da família: é preciso defender sua privacidade em relação à intervenção do Estado, defender a autoridade familiar. É a ideia manifesta por Bolsonaro quando ele se opõe à uma educação pública mais inclusiva e à proibição dos castigos físicos em crianças e adolescentes. A segunda forma de proteção da família, já extensamente comentada, diz respeito a resguardar a família contra o que seriam ameaças de ordem moral. Em meio à insegurança provocada pelo desmantelamento de políticas sociais, não são as políticas neoliberais que são consideradas ameaçadoras pelos conservadores, mas supostos ataques à moralidade tradicional.

Para restaurar a ordem seria fundamental preservar ou restaurar os valores tradicionais, entre eles, a família. Aqui converge novamente a perspectiva economicista: conforme Melinda Cooper (2017), a desintegração da família tradicional - e da moral sexual rígida - geraria custos que acabam recaindo sobre o Estado e contribuintes, ao invés de serem arcados privadamente. Seria o caso de mulheres que têm filhos fora do casamento, ou daqueles que praticam sexo desprotegido e não possuem convênio de saúde. Conforme a autora, ainda que os neoliberais possam ser mais adaptáveis que os neoconservadores às novas configurações familiares, para eles também interessa reestabelecer a família como fonte primária de segurança econômica e uma alternativa ao Estado de bem-estar, razão pela qual estimulam o casamento e a formação familiar responsável.

Considerando que nem todas as famílias conseguirão bancar soluções mercadológicas para as suas necessidades de cuidado, principalmente em sociedades marcadas pela abissal desigualdade social e por crescentes níveis de pobreza e desemprego como a brasileira, reforçar uma visão *tradicional* de família resulta, por sua vez, em um reforço também à importante função das mulheres como cuidadoras primárias. Nesse sentido, a privatização das famílias se aproveita da intensificação das hierarquias tradicionais de gênero, apoiadas no papel das mulheres na divisão sexual do trabalho: o trabalho reprodutivo do cuidado. Ou seja, o neoliberalismo se beneficia da imposição da moral tradicional-patriarcal: e o custo recai sobremaneira sobre a autonomia das mulheres.

Um exemplo recente da lógica da privatização da família, enquanto responsável por cuidar dos indivíduos privadamente, foi dado pelo presidente Bolsonaro durante a pandemia de COVID-19. Baseado em um falso dilema entre proteger a população e evitar uma crise econômica, o presidente optou pelo segundo (não tendo sucesso em nenhum dos dois). Enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendava aos governos que promovessem o isolamento social, o presidente incitava governadores e prefeitos a manterem os comércios abertos, e a população a sair de casa, de modo a preservar a economia. Quando questionado, no programa de TV “Brasil Urgente”, Bolsonaro respondeu: “cada família tem que proteger seus idosos, não jogar isso para o Estado. É colocar os idosos em casa e o resto ir trabalhar, porque os empregos estão sendo destruídos”²⁶. A prioridade é a economia, as famílias que arquem com o cuidado dos indivíduos.

Assinalei a importância do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em instituir a moralidade conservadora, mas é digno de nota a incorporação dessa perspectiva

²⁶ Disponível em <https://catracalivre.com.br/cidadania/cada-familia-que-cuide-dos-seus-idosos-diz-bolsonaro-sobre-flexibilizar-isolamento/>

da privatização da família. Pontuei que, segundo a Ministra Damares, seria um objetivo do governo Bolsonaro, colocado em prática sobremaneira pelo seu ministério, inserir uma perspectiva familiar em todas as políticas públicas. Nesse empenho, o ministério criou um programa de estímulo às “políticas públicas familiares”, o “Município Amigo da Família”. Uma política pública “familiar”, como define a pasta²⁷, não é qualquer uma que tenha a família como objeto, mas aquelas voltadas para o fortalecimento da estrutura e dos vínculos da família, dando o suporte necessário para que elas possam agir “com responsabilidade”. Nessa perspectiva, o papel do Estado é, por meio dessas políticas, “dar a elas [famílias] autonomia para que sejam capazes de exercer suas funções”. Entende-se que a “valorização e promoção da solidariedade e cooperação intrafamiliar por parte do poder público auxilia as famílias, de forma melhor e a menor custo para a sociedade, na educação das novas gerações, no cuidado com seus membros mais vulneráveis ou pessoas com deficiência [...]”. O Estado deve promover o fortalecimento da família de modo a diminuir os custos arcados pelo coletivo.

Já no sentido de privatização das famílias como defesa da autoridade familiar sobre os indivíduos, temos recentemente a defesa do *homeschooling* pelo MMFDH²⁸. Para a Secretaria Nacional da Família, Ângela Gandra, o isolamento social das famílias em decorrência da pandemia da COVID-19 teria demonstrado a importância de discutirmos a regulamentação do “ensino familiar”. Conforme a secretária, o *homeschooling* é um direito humano, enunciado na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, os defendem a família como protagonista da educação dos filhos. Com respeito ao que já pontuei sobre a reorientação dos “direitos humanos”, aqui a autoridade familiar sobre a escolha do gênero de educação dada aos filhos sobressai sobre o direito da criança de ter uma formação cidadã, em contato com a diversidade.

À guisa de conclusão, preciso notar que, assim como a liberdade se limita à economia, no bolsonarismo, a privacidade familiar só é garantida às famílias tradicionais, na medida em que a institucionalização de uma moralidade conservadora significa uma intervenção do Estado nas escolhas de famílias e sujeitos que não se conformem aos moldes tradicionais.

Encerro este artigo com breves considerações sobre as consequências de uma aliança como a representada pela direita bolsonarista à democracia.

²⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/julho/POLITICASPUBLICASFAMILIARESep2.pdf>

²⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/setembro/simposio-discute-regulamentacao-do-ensino-familiar-no-brasil>

Considerações finais:

Se até 2016 dizíamos que ainda éramos uma democracia em consolidação, a partir de então parecemos ser uma em plena destruição. Conforme Brown, o resultado principal da aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo é justamente o esvaziamento da cultura política democrática e a produção de cidadãos não democráticos (Brown, 2006). Esses são sujeitos que não almejam verdadeiramente nem liberdade, nem igualdade (mesmo em seu restrito sentido liberal); não cobram verdade, ou responsividade do governante e das ações do Estado; não se afligem com concentrações exorbitantes de poder político e econômico, revogações rotineiras do Estado de Direito, ou formulações claramente não democráticas do que seria o propósito nacional (p. 692). A produção de sujeitos desse tipo é necessária para um bem-sucedido de esvaziamento da democracia.

Para as racionalidades neoliberal e neoconservadora, os princípios democráticos e do Estado de Direito são prescindíveis. Eles não são tidos como guias, nem muito menos como constrangimentos sérios. São ferramentas ou obstáculos, a depender da circunstância (Brown, 2006, p. 695). Por isso, governanças baseadas nessa aliança, embora possam ascender ao poder a partir de meios democráticos, em seu cotidiano desmontam a democracia desde dentro. Nelas, princípios antes tido como fundamentais perdem sua relevância pouco a pouco, ou são resignificados, de modo a terem seu conteúdo esvaziado. Isso porque, pontua Brown, o neoliberalismo não os requer, e, para o neoconservadorismo, os valores morais o suplantam.

Mais do que não precisar da democracia, o neoliberalismo e neoconservadorismo se beneficiam de contextos autoritários, na medida em que neles não há espaço para a contestação ou resistência. Nesse sentido, Lacerda (2018) assinala que o militarismo e o punitivismo são dois elementos característicos da aliança neoliberal-conservadora, a qual pressupõe um Estado forte e ativo no controle do conflito e no combate às dissonâncias. Não à toa, o atual presidente possui o quadro de governo mais militarizado desde a redemocratização

Este artigo compõe a minha tese de doutorado, em desenvolvimento. Por questões práticas, pontos importantes foram discutidos brevemente ou ficaram de fora. Entre as análises a serem aprofundadas na tese destaco a relação entre a racionalidade militar e a neoliberal-neoconservadora, a consonância entre as duas racionalidades ressaltadas e a teologia da prosperidade, que pode ajudar a explicar o apoio substancial dos evangélicos, principalmente os neopentecostais, ao atual projeto político; e a relevância do MMFDH para a implementação desse projeto.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo. Deuses do parlamento: os impedimentos de Dilma. In: **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**, eds. Ronaldo Almeida and Rodrigo Toniol. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

_____. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019.

ALVES, Jose Eustáquio Diniz (2018). O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. **Blog IHU**. 02/11/2018. Disponível em: [http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584304-](http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro)

[o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro](http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro). Acesso em: 20 abr. 2018.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Bolsonaro. Anderson, Perry. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 215-254, 2019.

ANDRADE. Daniel P. Brasil, neoliberalismo híbrido: socialdemocracia e guerra ao inimigo interno. In: 43 **Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu. 2019.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016

BIROLI, Flávia. Reação conservadora, democracia e conhecimento. **Revista Antropologia**, v. 61 n. 1, p. 83-94, 2018

BIROLI, Flávia, MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. Introdução: Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: BIROLI, Flávia, MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**. São Paulo: Boitempo. 2020.

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism and De-democratization. **Political Theory**, v. 34, n. 6, 2006.

CEPÊDA, Vera A. A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Revista Mediações** (UEL), v. 23, p. 40-74, 2018.

CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro; PERLATTO, Fernando. Direitas no Brasil contemporâneo. **Teoria e Cultura**, v. 13, p. 9-21, 2018

COOPER, Melinda. **Family values: between neoliberalismo and the new social conservatism**. New York: Zone Books, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAP. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019**. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Brasília, DF: DIAP, 2014

DIBAI, Priscilla C.. **A Direita radical no Brasil pós-redemocratização: o caso de Jair Bolsonaro**. Tese de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2018.

GARBAGNOLI, Sara. Contra la herejía de la inmanencia: el ‘género’ según el Vaticano como nuevo recurso retórico contra la desnaturalización del orden sexual. In: Sara Bracke e David Paternotte (eds.), **Habemus Género! La Iglesia Católica y la Ideología de Género**. Género & Política América Latina e Sexuality Policy Watch, 2018

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no *Collège de France* 1978-79). São Paulo: Martins Fontes, 2008

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo: articulação pró-família, punitivista e neoliberal na Câmara dos Deputados**. Tese de doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018

LEMKE, Thomas. The birth of Biopolitics: Michel Foucault's lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality. **Economy and Society**, vol. 30, n. 2. 2001

MACHADO. Maria das Dores Campos. Campos. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. **Revista Estudos Feministas**, vol.13, n.2, 2005.

_____. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In: BIROLI, Flávia, MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**. São Paulo: Boitempo. 2020.

MESSEMBERG, Debora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 32, n. 3, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito e Práxis**, Vol. 07, nº. 15, 2016, p. 590-621.

_____. A reemergência da direita brasileira. In: **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. SOLANO, Esther (org.). Boitempo, 2018.

PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. **Novos Estudos Cebrasp**, nº 19, 1987.

SANTOS, Rayani Mariano dos. **As disputas em torno das famílias na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2018: familismo, conservadorismo e neoliberalismo**; Tese (Doutorado em Ciência Política) Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

SILVA, Fabio Lacerda. Evangélicos, Pentecostais e Representação Política nas Eleições para o Legislativo Brasileiro (1998-2014). **VI Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da USP**, São Paulo, SP, 2016.

STEFANONI, Pablo. Biblia, buey y bala... recargados. Jair Bolsonaro, la ola conservadora en Brasil y América Latina. **Nueva Sociedad**. nº 278, noviembre – diciembre, 2018.

TADVALD, Marcelo. A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 16, nº 27, p. 259-288, 2015.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019.

TEIXEIRA, Raniery Parra. **“Ideologia de gênero”?** As reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Instituto de Ciência Política, UnB. Brasília, 2019.

VAGGIONE, Juan e MACHADO, Maria das Dores Campos. Religious Patterns of Neoconservatism in Latin America. **Politics & Gender** , v. 16, p. 6-10, 2020.